

GOVERNOS QUE NÃO SABEM O QUE NÃO SABEM

economia - Brasil

Sete Dias da Semana

29 JAN 1997

O ex-ministro francês Maurice Schuman, em artigo na "Revue des Deux Mondes", em dezembro de 1996, estranhou que, hoje, poucas pessoas percebam a aproximação dos riscos políticos ou institucionais. E contou episódio de 1958, quando o economista Jacques Rueff, ex-conselheiro de Poincaré e interlocutor de Keynes, levou a De Gaulle um plano de reformas para a França.

Após examinar o trabalho de Rueff, De Gaulle disse-lhe que achara suas recomendações excelentes, "mas, se as aplicasse na totalidade, sem resultados positivos, teria valido a pena convulsionar a França tão profundamente?"

De Gaulle pressentira o perigo e a inutilidade, a longo prazo, de mudar completamente a fisionomia do país, fazendo-o esquecer o próprio passado. Era um estadista. Podia-se divergir dele, mas De Gaulle optou, sensatamente, por administrar a França de modo a não

deixá-la correr o risco de jogar fora o seu futuro. Ele e Rueff eram homens públicos que viam longe. Sabiam que os franceses jamais os perdoariam se ambos, ao abalarem as bases do estado, na tentativa de reformá-lo, destruíssem o patrimônio nacional, que deveriam transferir, algum dia, à posteridade.

Rueff e De Gaulle – percebe-se – eram dois socráticos. E, como Sócrates, sabiam o que não sabiam. Conheciam seus próprios limites. Agiram, pois, com a humilde percepção de não serem infalíveis nem terem o direito de impor perigosas verdades, ou supostas verdades, ao povo francês. E não o fizeram. A França aí está, hoje, com problemas, porém intacta em sua grandeza nacional.

No Brasil, ao contrário, a política oficial vê apenas o dia seguinte e tudo são certezas quanto ao futuro. Não há, pois, dúvidas econômicas nem políticas. Se um item de qualquer programa dá

certo, mas os outros patinam ou fracassam, acham seus executores – leia-se: o governo – que o acerto é definitivo e os desacertos logo se ajeitarão. O Plano Real reduziu a inflação e a pôs sob controle instável e relativo, mas ao custo da institucionalização do desemprego, que ajudou a triplicar o envolvimento de jovens sem trabalho na criminalidade urbana.

Os juros altos, que contêm o consumo, estimulam as vendas a prazo. Mas fazem a dívida interna chegar aos US\$ 200 bilhões e obrigam os consumidores a pagar juros escorchantes nas compras a prestação. A abertura econômica elevou o déficit da balança comercial a US\$ 5,5 bilhões e o das contas correntes a US\$ 25 bilhões. O país tem reservas de US\$ 60 bilhões, mas compromissos de curto prazo de US\$ 40 bilhões. E o governo entende que, para abater os juros dessas dívidas, é preciso vender estatais importantes, como a Telebrás, a Petro-

brás e a Vale do Rio Doce, que, no entanto, podem obter, no exterior, recursos a juros baixos, sem aval do Tesouro.

A situação da economia preocupa os brasileiros, pois vem sendo devastada a indústria nacional, e não há sinais de melhoras, mas o governo está satisfeito e insiste em dar ao presidente Fernando Henrique o direito de reeleger-se. Para disfarçar o casuísmo da fisiológica operação reeleitoral, alegam os governistas que é democrático permitir ao povo reeleger, ou não, seus governantes. Mas, ao abusar das medidas provisórias, o presidente e seus aliados, que falam tanto em democracia, para ficarem no poder além do prazo pelo qual foram eleitos, impedem o Congresso de exercer sua mais importante prerrogativa democrática: o direito de legislar livremente.

O Brasil talvez esteja perdendo o futuro, ao atender, no caso da reeleição-

já, às pressões de interesses escusos, nacionais e estrangeiros. Que importa isso, para os que pensam mais em si mesmos do que no Brasil e nos brasileiros? Nada.

O que importa é que FHC e seus conselheiros querem governar o País por mais quatro anos, deixando-o, provavelmente, longe do seu destino de liberdade e independência. O mínimo que se pode admitir, hoje, em favor dos que cometem erro tão grave, graças ao casuísmo capaz de perpetrar-se esta semana, é repetir que, em princípio, nenhum governo deseja o pior para seu país. Infelizmente, porém, os governos, obnubilados pela ambição, não sabem o que não sabem e ultrapassam os limites da percepção do futuro, para desventura dos governados.

**RUBEM AZEVEDO
LIMA**